

ÍNDICE GERAL

NOTA À 7.ª EDIÇÃO	5
ABREVIATURAS E SIGLAS	7
BIBLIOGRAFIA GERAL	11
REVISTAS E COLECTÂNEAS DE JURISPRUDÊNCIA	21
ALGUMAS CITAÇÕES E OBSERVAÇÕES	25

INTRODUÇÃO

NOÇÃO, OBJECTO E ÂMBITO DO DIREITO FISCAL	29
1. Direito financeiro, direito tributário e direito fiscal	31
2. Imposto, figuras afins e sistema fiscal	37
2.1. O Conceito de imposto	38
2.2. Algumas figuras afins do imposto	45
2.2.1. A divisão dos tributos	45
2.2.2. As contribuições, as tarifas e as receitas parafiscais	51
2.3. Ideia sobre o sistema fiscal	57
3. Os momentos da vida do imposto	61
4. Algumas classificações dos impostos	64
4.1. Impostos directos e impostos indirectos	65
4.2. Impostos periódicos e impostos de obrigação única	71
4.3. Impostos reais e impostos pessoais	73
4.4. Impostos de quota fixa e impostos de quota variável	75
4.5. Impostos estaduais e impostos não estaduais	77
4.6. Impostos gerais e impostos especiais	80

4.7. Impostos principais e impostos acessórios	80
4.8. Impostos sobre o rendimento, sobre o património e sobre o consumo	82
4.9. Impostos fiscais e impostos extrafiscais	84
5. Visão panorâmica do conteúdo do direito fiscal	84
6. Natureza do direito fiscal	90
6.1. A autonomia substancial do direito fiscal	90
6.2. A autonomia científica ou didáctica do direito fiscal	94
6.3. Referência ao direito aduaneiro ou alfandegário	95
7. Relações do direito fiscal com os outros ramos do direito	97
7.1. Direito fiscal e direito constitucional (Remissão)	97
7.2. Direito fiscal e direito administrativo	98
7.3. Direito fiscal e direito privado	100
7.4. Direito fiscal e direito penal	110
7.5. Direito fiscal e direito processual	111
7.6. Direito fiscal e direito internacional	112
7.7. Direito fiscal e direito europeu	115
7.8. Direito fiscal e os novos ramos do direito	117
8. O direito fiscal e outros saberes sobre impostos	123

PARTE I – TEORIA GERAL DO DIREITO FISCAL 131

CAP. I – O ORDENAMENTO JURÍDICO-FISCAL 133

§ 1 – AS FONTES DO DIREITO FISCAL 133

9. A Constituição	133
9.1. A natureza fiscal do Estado Português	135
9.2. Os princípios jurídico-constitucionais da tributação	141
9.2.1. O princípio da legalidade fiscal	141
9.2.2. O princípio da segurança jurídica	150
9.2.3. A proibição do referendo fiscal	153
9.2.4. O princípio da igualdade fiscal	155
9.2.5. A consideração fiscal da família	159
9.2.6. O respeito pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais	161
9.2.7. O princípio do Estado social	163
9.3. A coerência do sistema e o limite aos limites da tributação	164
9.3.1. O princípio da coerência do sistema	164

9.3.2. O limite aos limites da tributação	165
9.4. O recorte constitucional do sistema fiscal	166
9.4.1. O imposto sobre o rendimento pessoal	167
9.4.2. A tributação das empresas	169
9.4.3. A tributação do património	178
9.4.4. A tributação do consumo	179
10. O direito europeu	180
11. As convenções internacionais	186
12. As leis	191
13. O costume	192
14. Os regulamentos	194
15. Os contratos	198
16. A jurisprudência e a doutrina	201
17. A codificação do direito fiscal	202
§2 - INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E EFICÁCIA DO DIREITO FISCAL	207
18. A interpretação das normas jurídico-fiscais	207
19. A integração das normas jurídico-fiscais	209
20. As cláusulas anti-abuso	211
21. A eficácia das normas jurídico-fiscais	216
21.1. A eficácia temporal	216
21.2. A eficácia espacial	218
CAP. II - A RELAÇÃO JURÍDICA FISCAL	227
22. O carácter complexo da relação jurídica fiscal	227
22.1. A complexidade da relação jurídica fiscal	227
22.2. Ilustração das obrigações ou deveres acessórios	231
22.2.1. Em sede do IRS e do IRC	232
22.2.2. Em sede do IVA	236
22.3. A obrigação fiscal	238
23. O sujeito activo da relação jurídico-fiscal	240
24. O sujeito passivo da relação jurídico-fiscal	243
24.1. Contribuinte, devedor do imposto e sujeito passivo	243
24.2. A personalidade e a capacidade tributárias	247
24.3. A representação legal, o mandato tributário e a gestão de negócios	249
24.4. O domicílio fiscal	251
24.5. O estabelecimento estável	253

24.6. O número de identificação fiscal	254
25. A substituição tributária	255
25.1. Noção e espécies	255
25.2. Regime jurídico	258
25.3. Ideia sobre a sua natureza	259
26. A responsabilidade tributária	259
26.1. A solidariedade tributária	260
26.2. A responsabilidade tributária	261
26.3. Alguns casos de responsabilidade tributária	262
26.4. A responsabilidade civil por multas e coimas fiscais	265
27. A transmissão da obrigação fiscal	266
27.1. A sub-rogação nos direitos da Fazenda Pública	266
27.2. A sucessão legal	268
27.3. A cessão de créditos para titularização	269
28. A extinção da obrigação fiscal	270
28.1. O cumprimento	270
28.2. Outros modos de extinção da obrigação fiscal	272
29. As garantias de cumprimento da obrigação fiscal	274
29.1. A garantia geral	274
29.2. As garantias especiais	275
29.3. O “fiscalismo” na garantia do credor fiscal	277
CAP. III – A ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA FISCAL	281
30. Os órgãos da Administração fiscal	281
30.1. Generalidades	281
30.2. A Autoridade Tributária e Aduaneira	283
30.3. Os órgãos de revisão e os órgãos e comissões de avaliação	285
31. O procedimento tributário	287
31.1. Ideia de procedimento tributário	287
31.2. Princípios gerais	290
31.3. O procedimento de liquidação	291
31.3.1. A dinâmica do procedimento	292
31.3.2. A tipologia da liquidação tributária	294
31.3.3. As operações da liquidação	295
31.3.4. A avaliação por métodos indirectos	295
31.3.5. Caracterização da liquidação	301
31.3.6. A natureza da liquidação	301
31.3.7. A fundamentação do acto tributário	302
31.3.8. A invalidade do acto tributário	304

31.3.9. A revisão do acto tributário	306
31.3.10. A revogação, ratificação, reforma, conversão e rectificação do acto tributário	307
31.4. A cobrança do imposto	308
32. A execução fiscal	309
32.1. Âmbito e competência	310
32.2. Tramitação da execução fiscal	311
33. Referência a alguns procedimentos especiais	316
33.1. Os procedimentos de informação vinculativa e de avaliação prévia	316
33.2. Os procedimentos de aplicação da cláusula anti-abuso e elisão de presunções	318
33.3. O reconhecimento de benefícios fiscais (Remissão)	319
33.4. O procedimento de inspecção tributária	319
33.5. O procedimento de derrogação do dever de sigilo bancário	324
34. A crescente "privatização" da administração fiscal	327
34.1. O actual papel das empresas na administração dos impostos	327
34.2. A participação das empresas na disciplina da administração dos impostos	329
CAP. IV – AS GARANTIAS DOS CONTRIBUINTES	333
35. Introdução	333
36. Os meios não impugnatórios	335
36.1. O direito à informação	335
36.2. O direito à fundamentação e notificação	336
36.3. O direito à audição prévia	336
36.4. O direito à dedução, reembolso ou restituição de impostos	338
36.5. O direito a juros indemnizatórios e moratórios	339
36.6. O direito à redução das coimas	339
36.7. O direito à caducidade da liquidação e da garantia prestada e à prescrição da obrigação tributária	340
36.8. O direito à prescrição dos procedimentos e das penas criminais e contra-ordenacionais	341
36.9. O direito à confidencialidade fiscal	341
36.10. Outros meios não impugnatórios	342
37. Os meios impugnatórios administrativos e judiciais	342
37.1. Alusão à organização judiciária fiscal	342
37.2. Os actos impugnáveis	344
37.3. A impugnação dos actos em matéria tributária	347

37.3.1. Impugnação de decisões de determinação da matéria tributável	347
37.3.2. Impugnação de decisões de correcção quantitativa da matéria tributável	350
37.3.3. Correcção de erros da administração fiscal	351
37.4. A impugnação de actos tributários	352
37.5. A impugnação de actos administrativos relativos a questões tributárias	353
37.6. Reclamação e recurso hierárquico contra actos da administração tributária	357
37.7. Reclamação através de pedido de revisão	359
37.8. A impugnação de actos de autoliquidação, substituição tributária e pagamentos por conta	360
37.9. A impugnação de actos da fase administrativa do processo de contra-ordenacional fiscal	363
37.10. A impugnação de actos da administração tributária em sede da execução fiscal	363
37.11. A impugnação de normas jurídicas tributárias	364
38. Outros meios jurisdicionais de garantia dos contribuintes	365
38.1. As acções	365
38.1.1. A acção para o reconhecimento de um direito ou interesse legalmente protegido	365
38.1.2. A acção de intimação para um comportamento	366
38.1.3. A acção de autorização da derrogação do sigilo bancário	366
38.2. Os meios processuais acessórios	367
38.2.1. Os processos de acção cautelar	367
38.2.2. A intimação para a consulta de documentos e passagem de certidões	368
38.3. Outros meios processuais	368
38.3.1. Os recursos jurisdicionais	369
38.3.2. A execução de julgados	371
38.3.3. A revisão de sentenças	371
38.4. A intervenção dos tribunais judiciais no domínio tributário	372
39. O processo de impugnação judicial	373
39.1. A tramitação do processo de impugnação judicial	373
39.2. Referência aos efeitos das sentenças anulatórias de actos tributários	379
39.3. Alusão à execução das sentenças anulatórias de actos tributários	381

CAP. V – DIREITO ECONÓMICO FISCAL	383
40. Noção e âmbito do direito económico fiscal	383
41. Os impostos extrafiscais	386
42. Os benefícios fiscais	389
43. A constituição, reconhecimento, transmissão e extinção dos benefícios fiscais	394
43.1. A constituição dos benefícios fiscais	394
43.2. O reconhecimento dos benefícios fiscais	395
43.3. A transmissão dos benefícios fiscais	397
43.4. A extinção dos benefícios fiscais	398
44. Alusão ao complexo panorama dos benefícios fiscais	400
CAP. VI – REFERÊNCIA AO DIREITO PENAL FISCAL	405
45. Considerações gerais	405
45.1. Noção e características do direito penal fiscal	405
45.2. A disciplina do direito penal fiscal	408
45.3. Ideia sobre a recente evolução do direito penal fiscal	409
46. Alusão ao fundamento da criminalização e ao bem jurídico protegido	411
46.1. Fundamento da criminalização das infracções tributárias	411
46.2. O bem jurídico protegido nas infracções tributárias	414
47. Ideia sobre os crimes tributários e o seu processo	415
47.1. Ideia sobre os crimes tributários	415
47.2. Ideia relativa ao processo penal tributário	420
48. Ideia sobre as contra-ordenações e o seu processo	421
PARTE II – O SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS	425
CAP. I – EVOLUÇÃO E ESTRUTURA ACTUAL DO SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS	427
49. No princípio era a dízima	427
50. A reforma dos anos sessenta	431
50.1. A tributação do rendimento	432
50.2. A tributação do património	433
50.3. A tributação do consumo	434
51. O quadro constitucional	434
51.1. A tributação do rendimento	434
51.1.1. A tributação do rendimento pessoal	434
51.1.2. A tributação das empresas	435

51.2. A tributação do património	436
51.3. A tributação do consumo	436
52. O sistema fiscal resultante das reformas recentes	437
52.1. A tributação do consumo	437
52.2. A tributação do rendimento	439
52.3. A tributação do património	440
52.4. O actual sentido do art. 104.º da Constituição	441
53. A actual estrutura do sistema fiscal português	442
53.1. A receita dos impostos	442
53.2. A evolução da receita dos impostos	443
53.3. A sua comparação com países da União Europeia	444
53.3.1. Os níveis de fiscalidade em Portugal e UE	444
53.3.2. Os níveis de fiscalidade em alguns países da UE	444
53.3.3. O peso dos principais impostos em Portugal e na UE	445
54. A reforma fiscal permanente	445
54.1. O fenómeno	445
54.2. Referência a algumas alterações	447
54.2.1. Alterações de carácter geral	447
54.2.2. Alterações relativas ao IRS, IRC e IVA	448
54.3. As alterações da Lei n.º 30-G/2000	449
54.4. A reforma da tributação do património	450
54.5. Um olhar crítico sobre o sistema fiscal	453
54.5.1. O <i>apartheid</i> fiscal	453
54.5.2. A complexidade e instabilidade da legislação fiscal	455
54.5.3. A conversão dos abatimentos em deduções à colecta	460
55. Os actuais desafios do sistema fiscal	462
55.1. A concorrência fiscal prejudicial	463
55.2. A tributação do comércio electrónico	469
55.3. No limiar de um direito fiscal novo?	472
CAP. II – VISÃO GERAL DO SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS	475
§1 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	475
56. O IRS	475
56.1. Incidência	475
56.1.1. A incidência pessoal	475
56.1.2. A incidência real	477
56.2. Delimitação negativa da incidência	484
56.3. A determinação da matéria colectável	486

56.3.1. As etapas de determinação da matéria colectável	486
56.3.2. A determinação dos rendimentos empresariais e profissionais	488
56.4. A taxa	489
56.4.1. As taxas gerais	489
56.4.2. Taxas especiais	490
56.5. A liquidação e cobrança	491
56.6. Tributação dos residentes não habituais	496
56.7. Esquema de determinação do IRS	497
57. O IRC	498
57.1. Incidência	498
57.1.1. A incidência pessoal	498
57.1.2. A incidência real	498
57.1.3. A extensão da obrigação de imposto	499
57.1.4. O regime de transparência fiscal	501
57.2. Isenções	503
57.3. A determinação da matéria colectável	505
57.3.1. A competência para a determinação da matéria colectável	505
57.3.2. As modalidades de determinação da matéria colectável	506
57.3.3. O resultado contabilístico	507
57.3.3.1. Ponto de partida: o resultado líquido do período	508
57.3.3.2. Referência aos princípios contabilísticos	509
57.3.3.3. Os rendimentos e os gastos	515
57.3.3.4. Alusão à mensuração dos inventários, às depreciações e amortizações e às imparidades e provisões	516
57.3.4. O lucro tributável	521
57.3.4.1. A dependência parcial do direito fiscal face ao direito contabilístico	521
57.3.4.2. As correcções ao resultado contabilístico	523
57.3.5. O apuramento da matéria colectável	526
57.4. Algumas situações especiais para combater a evasão fiscal	527
57.4.1. O tratamento dos preços de transferência	527
57.4.2. A subcapitalização	529
57.4.3. As regras dos arts. 55.º e 66.º do CIRC	530
57.4.3.1. Os pagamentos a entidades residentes em países com regime fiscal privilegiado	531

57.4.3.2. A imputação de lucros a sociedades residentes em países com regime fiscal privilegiado	531
57.4.4. A correcção do valor de transmissão dos imóveis	532
57.5. Outras situações especiais	533
57.5.1. O regime especial de tributação dos grupos de sociedades	533
57.5.2. O regime especial das fusões, cisões, entradas de activos e permuta de partes sociais	535
57.5.3. Liquidação de sociedades	536
57.6. A taxa	538
57.7. A liquidação e cobrança	538
57.8. Esquema de determinação do IRC	542
58. A tributação autónoma em IRS e IRC	543
58.1. A tributação das despesas não documentadas	543
58.2. A tributação de despesas de representação e com viaturas	544
§2 – IMPOSTOS SOBRE O CONSUMO	547
59. O IVA	547
59.1. Introdução	547
59.2. Incidência	549
59.2.1. A incidência pessoal	549
59.2.2. A incidência real	551
59.2.3. Facto gerador e exigibilidade do imposto	553
59.3. Isenções	553
59.4. A determinação da matéria colectável	555
59.5. A taxa	556
59.6. A liquidação e cobrança	557
60. O IVA nas transacções intracomunitárias	559
60.1. Introdução	559
60.2. Incidência do IVA nas transacções intracomunitárias	560
60.3. Isenções	562
60.4. A determinação da matéria colectável e a taxa	563
60.5. A liquidação e cobrança	563
61. Os IEC	564
§3 – IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÓNIO	569
62. O imposto municipal sobre imóveis	569
62.1. Incidência	569

62.1.1. A incidência real	569
62.1.2. A incidência pessoal	570
62.2. Isenções	571
62.3. A determinação da matéria colectável	571
62.3.1. Valor patrimonial tributário dos prédios rústicos	572
62.3.2. Valor patrimonial tributário dos prédios urbanos	573
62.4. A taxa	575
62.5. A liquidação e cobrança	576
63. O imposto municipal sobre a transmissão onerosa de imóveis	577
63.1. Incidência	577
63.2. Isenções	578
63.3. A determinação da matéria colectável	579
63.4. A taxa	579
63.5. A liquidação e cobrança	580
64. O imposto de selo	580
64.1. Os dois impostos de selo	580
64.2. Incidência	581
64.3. Isenções	582
64.4. A determinação da matéria colectável	583
64.5. A taxa	583
64.6. A liquidação e cobrança	583
§4 – OUTROS IMPOSTOS	585
65. A taxa social única	585
66. Notícia sobre outros impostos	488
ÍNDICE DE MATÉRIAS	591
ÍNDICE GERAL	603